

A crise e as políticas estatais de combate a queda da taxa de lucro nos governos Lula e Dilma

The crisis and state policies to fight the fall in profit rate in the government Lula and Dilma

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.886>

Suzane Rodrigues da Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o combate à queda da taxa de lucro via políticas públicas no governo Lula e Dilma. Do ponto de vista metodológico, foi utilizado o materialismo histórico dialético. Quanto à abordagem do objeto, foi utilizada a pesquisa qualitativa com base em referências bibliográficas secundárias. Como resultado, se pôde observar, no contexto de crise analisado, que as políticas anticíclicas de combate a queda da taxa de lucro foram eficientes no governo Lula, porém no governo Dilma isso não ocorreu. Isso se deu por questões conjunturais do Brasil e estruturais do sistema capitalista que gesta suas próprias crises. A superação das contradições e demais problemáticas que surgem no capitalismo não se dão no nível da aparência através do governo, bem como do uso de políticas públicas, muito menos pelo Estado no nível da essência, pois o Estado é um momento nodal das contradições da dinâmica da acumulação capitalista. A resolução das contradições que surgem no modo de produção capitalista exige a superação radical do atual estado de coisas via revolução proletária, sendo que nesse processo a classe trabalhadora deve se unir em torno de um interesse comum: a emancipação de todas as formas de exploração, dominação e humilhação, que perpassam as relações socioeconômicas no capitalismo.

Palavras-chave: Crise. Queda da taxa de lucro. Estado. Políticas anticíclicas.

Abstract: This article aims to analyze the fight against the fall in the rate of profit via public policies in the Lula and Dilma government. From a methodological point of view, dialectical historical materialism was used. As for the approach to the object, qualitative research was used based on secondary bibliographic references. As a result, it could be observed, in the context of the analyzed crisis, that the anti-cyclical policies to combat the fall in the rate of profit were efficient in the Lula government, but in the Dilma government this did not happen. This was due to circumstantial issues in Brazil and structural issues of the capitalist system that is managing its own crises. The overcoming of contradictions and other problems that arise in capitalism does not occur at the level of appearance through the government, as well as the use of public policies, much less by the State at the level of essence, as the State is a nodal moment of contradictions in dynamics of capitalist accumulation. The resolution of the contradictions that arise in the capitalist mode of production requires the radical overcoming of the current state of affairs via the proletarian revolution, and in this process the working class must unite around a common interest: the emancipation of all forms of exploitation, domination and humiliation, which pervade socioeconomic relations in capitalism.

Keywords: Crisis. Fall in the rate of profit. State. Countercyclical policies.

Artigo recebido em 26/10/2020. Aceito em 16/6/2021.

¹ Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: suzane-r.s@live.com; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4150-4478>

Introdução

Ao tratar da taxa de lucro, a teoria marxiana identifica as contradições que existem na sociedade capitalista, contradições essas que gestam as condições de crise do Modo de produção capitalista. A taxa de lucro “[...] é estímulo da produção capitalista, condição e força motriz da acumulação”, até que a superacumulação de capital coloque entraves a progressão dessa acumulação capitalista (MARX [1894], 2017, p. 6051).

Quando se criam barreiras à progressão da acumulação capitalista, a taxa de lucro cai. Assim, ao mesmo tempo em que o aumento dos níveis de lucratividade gera incentivos à produção, a acumulação excessiva de capital gera crises que, dentre outras coisas, contribuem com o aprofundamento da causa imediata da crise – queda da taxa de lucro – em uma determinada economia (THEODOSIO, 2019).

Vários são os aspectos que influenciam a queda da taxa de lucro. Porém, independente da origem, sabe-se que a taxa de lucro influencia diretamente os níveis de investimentos produtivos, isso se pôde ver em ambas as gestões do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma, pois entre 2003 e 2014 houve duas fases de evolução da taxa de lucro (IPEA, 2010).

Na primeira fase, entre 2003 e 2007, a taxa de lucro e a participação da massa de rendimentos do trabalho na renda nacional² aumentaram simultaneamente. Isso se deu por conta do maior uso que se fez da capacidade instalada³, do aumento da produtividade potencial da indústria (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017), da expansão que o mercado interno vivenciou e do aumento das exportações (IPEA, 2010).

Na segunda fase, entre 2008 e 2014, a taxa de lucro experimentou queda e um dos fatores que contribuiu para isso foi o declínio da produtividade industrial. Além disso, no decorrer desse período, o *boom* das *commodities* chegou ao fim e os rebatimentos da crise *subprime* estadunidense se intensificaram sobre a economia brasileira, aprofundando a queda que a taxa de lucro. Isso por sua vez contribuiu com a desaceleração dos níveis de investimentos produtivos e o processo de crescimento da economia nacional (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

² Houve ampliação dos principais determinantes da participação da massa de rendimentos do trabalho na renda nacional, a saber, do rendimento real dos ocupados, dos seus níveis de produtividade – e simultaneamente houve um maior repasse dos ganhos de produtividade para os salários – e ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) (IPEA, 2010).

³ O nível de utilização da capacidade instalada é determinado pela relação entre o volume que foi produzido pela indústria e o volume que poderia ter sido produzido pela indústria, caso sua capacidade de produção estivesse sendo usada em sua totalidade. Calcular o nível de utilização da capacidade instalada é importante para saber se indústria está produzindo a todo vapor, usando de sua capacidade máxima ou se está com parte de seu arsenal parado. Por outro lado, é importante saber o nível de utilização da capacidade instalada para realização de comparação com possíveis concorrentes, identificando assim oportunidades para melhorar a performance. Vale destacar que o nível de utilização da capacidade instalada também pode ser aplicado às empresas de serviços (IPEA, 2005).

A partir do que já foi exposto pode-se afirmar que a conjuntura nacional analisada nesse artigo foi de crise. A crise atual do capital iniciada em 2008 é uma crise do modo de produção capitalista, que veio de um regime de acumulação e regulação pós-fordista. A financeirização progressiva da economia em escala planetária tem encontrado as seguintes contratendências: redução do consumo por conta das condições do trabalho assalariado e do desemprego, enfraquecimento da representação sindical, perda da credibilidade social nas decisões governamentais, fortalecimento do neoliberalismo e minimização das políticas anticíclicas (MASCARO, 2018).

As políticas anticíclicas são instrumentos usados pelo governo, para minimizar os efeitos negativos de um determinado ciclo de instabilidade econômica. As principais políticas usadas são: política monetária, política fiscal e crédito público. Esta crise, ainda em curso, tem pressionado Estados e governos por respostas que se situem para além dos horizontes postos, no sentido de atender às necessidades de acumulação do capital em escala planetária (MASCARO, 2018).

Partindo desse contexto o objetivo geral desse artigo é analisar as políticas estatais de combate a queda da taxa de lucro nos governos Lula e Dilma. Especificamente, tentou-se responder os seguintes questionamentos: a) as políticas anticíclicas usadas no segundo governo Lula para combate a queda taxa de lucro foram bem-sucedidas? b) quais foram as estratégias usadas entre 2011-2016 no combate a crise política e econômica que o país atravessava? c) o governo Dilma (em seus dois mandatos) conseguiu arrefecer a causa imediata da crise?

A hipótese que norteou esse trabalho foi formulada a partir das contribuições dadas por (MARX [1894], 2017) e atualizadas por (FARIAS, 2015) sobre a crise e seus rebatimentos na economia brasileira. Nesse sentido partiu-se do pressuposto de que a crise tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprimem respectivamente por meio da queda na taxa de lucro, exuberância financeira e desigualdade de rendimentos. Contudo, por uma questão de abstração, se conferiu ênfase a causa imediata da crise e se pressupôs que o Estado interveio nela a fim de regular a mesma, sobretudo, em favor dos capitalistas que durante os governos petistas tiveram muito mais ganhos do que perdas do ponto de vista econômico e político.

Essa hipótese poderá ser averiguada quanto a sua validade nos argumentos que serviram para construir o presente trabalho. Eles estão organizados em três partes, para além da introdução e conclusão. Na primeira discute-se as políticas adotadas pelo governo Lula para o combate a queda da taxa lucro e a influência das configurações daquela conjuntura sobre o combate da mesma. Na segunda e terceira parte se discute os rebatimentos da Nova Matriz Econômica, bem como das ações de enfrentamento ao poder financeiro adotadas pelo governo Dilma sobre a taxa de lucro.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem caráter qualitativo com fontes providas de referências bibliográficas secundárias. A pesquisa bibliográfica como instrumento de pesquisa traz a possibilidade de reconstrução do objeto de estudo sob nova perspectiva, tendo como resultado conclusões novas ou reformuladas (LAKATOS; MARCONI, 2003). A pesquisa bibliográfica estabelece relação com a pesquisa qualitativa, seja como um complemento de informações, seja possibilitando o desvelamento de novas dimensões sobre o objeto (MINAYO, 2001).

Já a abordagem teórica deriva do materialismo histórico dialético, uma vez que a partir dele é possível construir uma crítica revolucionária radical, “[...] contrária a práxis revisionista que leva ao reformismo financeiro [...]” (FARIAS, 2015, p. 32).

Isto posto, importa tratar sobre a construção do presente trabalho, que se deu em dois momentos, a saber: investigação e exposição. Inicialmente se buscou uma apropriação da “[...] matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno [...]” (MARX [1867], 2013, p. 128). Após ter se concluído essa etapa é que “[...] se pode expor adequadamente o movimento real [...]” (MARX [1867], 2013, p. 129). Por isso, primeiramente se buscou fazer uso da pesquisa bibliográfica, realizando buscas em legislações, livros, revistas, entre outros meios. Isso serviu para sistematizar a análise que se pretendeu realizar, e seguir o que o método materialista histórico dialético orienta, que é primeiro investigar, compreender o objeto de estudo para depois expor adequadamente o movimento real (MARX [1867], 2013).

A investigação e a exposição se assentam nas seguintes obras: O Capital, livro I (MARX [1867], 2013); O Capital, livro III (MARX [1894], 2017); Crise global ampulheta fatal (FARIAS, 2015); O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas (FARIAS, 2001) e Crise e Golpe (MASCARO, 2018).

1. Políticas estatais contra a queda da taxa de lucro nos governos Lula

No período que correspondeu ao primeiro mandato do ex-presidente Lula (2003-2006), a economia nacional sofreu um forte ataque especulativo que gerou a desvalorização da moeda nacional. A resposta que o governo deu foi a continuação do tripé macroeconômico. Isto incluiu a política de metas de inflação⁴ e o regime de câmbio flutuante, bem como a elevação da taxa básica de juros, isso sem deixar de lado o compromisso de manter o pagamento da dívida pública, possíveis graças as metas crescentes de superávit primário (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

⁴ Cujo objetivo é diminuir e manter o regime inflacionário no menor nível possível. Geralmente o mecanismo usado para isso é a taxa de juros. Assim, quando os preços das mercadorias se elevam acima do nível esperado, o Banco Central pode escolher elevar a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Logo, o crédito torna-se mais caro, as empresas e as pessoas diminuem seus níveis de consumo e, com isso, a tendência é que os preços subam menos (G1, 2015).

A resposta dada pelo governo em relação ao ataque especulativo, bem como a expansão da demanda internacional por *commodities*⁵, possibilitou ao mesmo a oportunidade de criar políticas de redistribuição de renda, bem como conceder crédito à pessoa física e jurídica com juros mais baixos e com prazos maiores de pagamento. Tais medidas, por sua vez, possibilitaram o crescimento da economia nacional (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Nesse período observou-se também flexibilização da política fiscal, o que pôde ser visto na ampliação do investimento público em iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Parcerias e Investimentos⁶ (PPI) (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

Tais flexibilizações somadas ao maior dinamismo da economia nacional durante o segundo governo Lula (2007-2010), viabilizou o aumento da margem fiscal⁷ que possibilitou a elevação dos investimentos públicos. Além disso, a política de valorização do Salário Mínimo (SM) contribuiu para que as diferenças⁸ entre este e o salário médio na economia brasileira fossem diminuídas, além de trazer melhorias à distribuição funcional da renda (BRUNO; CAFFE, 2018).

A partir da implementação de tais medidas, a taxa de lucro, especialmente a partir do segundo governo Lula (2007-2010), passou a crescer consideravelmente indo de 31,75% em 2007 para 32,25% em 2010⁹. Boa parte desse resultado decorreu das políticas de redistribuição de renda e da ampla concessão de crédito, que contribuíram com a maior dinamização da economia doméstica, além de aumentarem o consumo da classe trabalhadora (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Esse cenário refletiu na trajetória expansiva do PIB, com taxa média de crescimento de 5,7% a.a. entre 2006 e 2008; entre 2008 a 2010 o PIB saltou de 5,1% para 7,5%, respectivamente (BRUNO; CAFFE, 2018). Dessa forma, durante os dois mandatos presidenciais do governo Lula as taxas de lucro se expandiram significativamente, por fatores internos¹⁰ e externos¹¹ (BRUNO; CAFFE, 2018).

⁵ O aumento da demanda pelas *commodities* brasileiras se deu por conta da expansão da demanda internacional, com que seus preços médios subiram 135% de 2002 a 2007. Em 2008 a crise internacional atingiu o Brasil, porém o governo federal respondeu a crise com políticas expansionistas, que por sua vez possibilitaram a retomada do crescimento da economia nacional. Todavia, no final do segundo mandato de Lula o *boom* das *commodities* terminou e os rebatimentos da crise *subprime* estadunidense se intensificaram sobre a economia brasileira. Isto que provocou queda da taxa de lucro que influenciou na diminuição dos investimentos e crescimento econômico (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

⁶ Instituído pela lei n° 13.334/2016, esse programa tem o objetivo de expandir e fortalecer as relações entre Estado e iniciativa privada, por meio do estabelecimento de contratos que visem a parceria público-privada, além de outras medidas de desestatização (BRASIL, 2016).

⁷ Diferença entre o teto de gastos e despesas obrigatórias e incompressíveis da União (IFI, 2017, p. 1).

⁸ As diferenças entre ambos foram diminuídas, mas não eliminadas. Vale destacar que, apesar dessa diminuição, a diferença entre ambos ainda era grande. O SM entre 2010 e 2011, por exemplo, foi de R\$ 510,00 para R\$545,00; o salário médio do brasileiro nesse mesmo período era de R\$ 1.294,70 (IBGE, 2010).

⁹ Esses dados foram obtidos através da pesquisa realizada pelos autores referenciados indiretamente no respectivo parágrafo (SOUZA; NASCIMENTO, 2019).

¹⁰ Melhoria da distribuição pessoal e funcional de renda, política de valorização do SM, políticas de distribuição de renda, aumento da concessão de crédito para a produção e consumo (BRUNO; CAFFE, 2018).

¹¹ Elevada demanda pelas *commodities* brasileiras, principalmente advindas da China (BRUNO; CAFFE, 2018).

Some-se a isso os esforços fiscais do governo federal, tendo em vista arrefecer os efeitos da crise e sustentar os investimentos públicos do período, a saber: queda da alíquota do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central, formulação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentre outros (THEODOSIO, 2019).

Durante o governo Lula, apesar da influência positiva desses elementos sobre o desempenho da economia brasileira e sobre os rendimentos do proletariado nacional, os ganhos financeiros elevados decorrentes do aumento da taxa de juros foram mantidos¹², pois reduzi-los significaria ruptura do compromisso com as elites rentistas. Tal compromisso que favoreceu a vitória de Lula em 2002 (THEODOSIO, 2019). Todavia, este compromisso com as elites rentistas foi rompido no primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2014). Essa situação atrelada a uma série de fatores macroeconômicos contribuiu para a queda da taxa de lucro no período (SOUZA; NASCIMENTO, 2019). Os mecanismos usados pelo governo federal para combater essa tendência encontram-se na seção a seguir.

2. Primeiro governo Dilma: o combate à queda da taxa lucro

Após o término do segundo governo Lula, o primeiro presidente cujas origens pertencem a classe trabalhadora, Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República, sendo ela a primeira mulher na história do Brasil a ocupar tal posição. O resultado de sua eleição sofreu forte influência da alta popularidade que Lula gozava ao deixar seu último mandato (THEODOSIO, 2019).

Durante o primeiro governo de Dilma, os Estados Unidos da América (EUA) adotaram uma política monetária agressiva que teve rebatimentos sobre o Brasil, dentre os quais cita-se dois: a) a diminuição da demanda nos países de capitalismo central realocou o excesso de oferta mundial para os demais países de capitalismo periférico, que estavam passando por uma fase de crescimento do seu mercado doméstico (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017); b) a desvalorização das moedas dos países de capitalismo central, levou a apreciação do Real que foi afetado com “o influxo de capitais especulativos, em busca de elevadas taxas de juros e de contratos do tipo *carry-trade*¹³ e pelo aumento dos preços das *commodities*” (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017, p. 11).

¹² Essa manutenção em um contexto recessivo fez com que os investimentos financeiros prevalecessem sobre a FBCF nas empresas, o que levou a indústria a experimentar uma desaceleração progressiva em suas atividades (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

¹³ O *carry-trade* consiste em uma estratégia de negociação de natureza especulativa, que envolve empréstimos em uma moeda que possui taxas de juros mais baixas e, o investimento do valor emprestado em um ativo, em outra moeda cuja taxa de retorno é mais elevada, por conta da taxa de juros dessa moeda ser mais alta (REIS, 2018).

Enquanto as economias dos países de capitalismo central estavam decrescendo por conta dos impactos da crise, as economias de alguns países de capitalismo periférico, como aqueles que faziam parte dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), cresciam através do fortalecimento de suas economias internas, bem como do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)¹⁴ (THEODOSIO, 2019).

Vale destacar que nesse contexto de fortalecimento da economia brasileira entre 2011 e 2014, a taxa de investimento produtivo correspondeu a pouco mais de 20% do PIB e a taxa média de desocupação em 2014 atingiu o patamar de 6,8%, o menor nível da série histórica desde seu início em 2012 (IBGE, 2018). Além disso, o salário médio se manteve crescendo no período em referência. Contudo, apesar de todos esses avanços, no nível internacional os preços dos produtos industriais caíram, o que facilitou a vazão de demanda agregada para o exterior (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além da queda dos preços dos produtos industriais, a taxa de lucro declinou. O principal fator que influenciou a sua queda foi a redução da parcela líquida do lucro nacional¹⁵, que já vinha declinando desde 2003 – indo de 40,8% nesse ano para 32,9% em 2014 (IBGE, 2006, 2016).

Entre 2010 e 2014, a taxa de lucro apresentou um percentual de declínio de 7% a.a., essa queda por sua vez trouxe rebatimentos negativos para o Índice Bovespa (IBOVESPA), que apresentou contração progressiva entre 2010 e 2015 (IPEADATA, 2016). A diminuição da rentabilidade financeira foi reflexo da ruptura da composição de classes, que tinha sido estabelecida no governo Lula (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além da ruptura do vínculo estabelecido pelo governo Lula com a fração bancária-rentista, o governo Dilma resolveu expandir os limites para diversas linhas de financiamento do Banco do Brasil, bem como forçou as instituições financeiras privadas via bancos públicos a diminuírem os seus *spreads* sob risco de perderem participação no mercado. Essa medida foi um gesto de enfrentamento ao poder financeiro, que foi recebida a contragosto pelos seus representantes (CARVALHO, 2018).

O governo federal, junto com o rebaixamento da taxa de juros, decidiu desvalorizar o câmbio, por acreditar que “o câmbio desvalorizado e os juros baixos, trariam um ambiente favorável para o empresariado brasileiro do ponto de vista de seus custos, o que favoreceria a retomada dos

¹⁴ Consiste na movimentação de capitais internacionais para a realização de investimentos. Nessa dinâmica, entidades empresariais ou indivíduos realizam operações no exterior que envolvem fusões, aquisições, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior, dentre outras (SOUZA; PINTO, 2013).

¹⁵ O Produto Nacional Bruto (PNB) é um indicador das atividades econômicas de uma nação, essas atividades incluem bens e serviços produzidos nacionalmente, bem como os rendimentos obtidos pelos cidadãos e empresas em outros países, tudo isso no espaço de ano. O cálculo do PNB corresponde de forma igualitária ao valor da parcela líquida do lucro nacional, nesse sentido pode-se calcular o PNB assim: PIB - renda enviada ao exterior + renda recebida do exterior = PNB (MERELES, 2017).

investimentos privados” (THEODOSIO, 2019, p. 78). Todavia, a desvalorização do câmbio, ao mesmo tempo em que trouxe rebatimentos negativos para o fluxo do dinheiro no caixa das empresas nacionais endividadas em dólar, trouxe vantagens competitivas em preço para as exportações brasileiras. Além de tais fatores, o governo Dilma implementou outras medidas visando a aceleração do crescimento econômico: “negociação das taxas de retorno dos processos de licitações públicas, política de desoneração da folha de pagamento e represamento de preços administrados como o da energia” (THEODOSIO, 2019, p. 78).

Ainda sobre a política fiscal foram concedidos uma série de subsídios, a exemplo, das desonerações tributárias implementadas entre 2011 e 2014, que totalizaram um montante que foi de 3,6 bilhões para 100,6 bilhões no período. Vale destacar que também ocorreram transferências de recursos monetários do Tesouro Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foram injetados no PSI com o objetivo de financiar os investimentos das empresas privadas e estatais (CARVALHO, 2018).

Some-se a isso a ampliação da concessão de crédito à pessoa física e jurídica pelo BNDES, com taxas de juros mais baixas e com um prazo mais longo de pagamento. O conjunto dessas medidas foi denominada por um integrante do governo federal de Nova Matriz Econômica (NME), tais medidas foram tomadas pelo governo federal que acreditava que, com isso, as empresas aumentariam os investimentos privados e que tais investimentos encabeçariam a expansão da arrecadação para restaurar o equilíbrio fiscal (CARVALHO, 2018).

Entretanto, o conjunto das políticas e medidas adotadas pelo governo federal não alcançou seu objetivo mais amplo, que era manter o crescimento da economia no percentual de 4% a.a. Um dos fatores que contribuiu para isso foi a queda da taxa de lucro na economia brasileira, que foi de 1,68% a.a. entre 2011 e 2014 (IPEADATA, 2014). Tal queda foi significativamente afetada pela diminuição da demanda agregada. Vale destacar que a queda da taxa de lucro trouxe rebatimentos para o crescimento da economia como um todo, o que pode ser visto na desaceleração apresentada pelo PIB que foi de 4% em 2011 para 0,5% em 2014 (IBGE, 2018).

Ademais, a queda da taxa de lucro levou a redução dos investimentos privados, “o que resultou em elevado custo fiscal, além disso as isenções tributárias foram absorvidas pelas empresas” (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017, p. 17) que usaram esses recursos para se manterem em funcionamento no mercado. Porém, tais recursos não foram capazes de elevar as suas margens de lucro (CARVALHO, 2018).

Veja-se que, durante o segundo governo Lula, a taxa de lucro correspondeu a 31,75% a.a., já em 2010 a taxa de lucro cresceu para 32,25% (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Daí em diante a taxa de lucro caiu ano após ano até o término do primeiro mandato de Dilma Rousseff como Presidente da República. Diante dessa situação, no seu segundo mandato, o governo Dilma optou por trilhar por um caminho que fragilizou ainda mais as bases do seu governo, o que trouxe rebatimentos negativos para a taxa de lucro. Importa agora aprofundar a discussão sobre esses aspectos.

3. Segundo governo Dilma: taxa de lucro na crise, responsabilidade fiscal e *impeachment*

Em 2014, Dilma Rousseff se reelegeu e obteve apoio amplo dos segmentos da esquerda. Uma das bandeiras levantadas durante a sua campanha presidencial era que caso a oposição se elegeesse, isso resultaria no domínio do ultraliberalismo, o que traria rebatimentos negativos sobre o emprego formal, sobre os rendimentos salariais e sobre os gastos sociais (THEODOSIO, 2019).

No entanto, ao se reeleger o governo Dilma agiu de forma contrária ao que havia defendido em sua campanha eleitoral. Além de objetivar retomar as expectativas do mercado privado, Joaquim Levy foi nomeado como ministro da Fazenda em 2015. Tal nomeação deixou claro que o governo federal queria se reaproximar da burguesia que lhe fazia oposição, em uma tentativa de repetir o êxito das medidas adotadas em 2003 (CARVALHO, 2018).

Todavia, naquela conjuntura não se tinha mais o mesmo cenário externo favorável que perpassou o segundo governo Lula, cenário esse que possibilitou o crescimento das exportações nacionais, valorização do câmbio e o controle inflacionário. Além disso, em relação à política, o cenário do segundo governo Dilma era marcado por inúmeras denúncias de corrupção, o que demonstrava que se estava vivenciando um período de incertezas (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Essas incertezas incidiam também sobre as medidas que seriam adotadas para o combate as instabilidades política e econômica que se estava vivendo. No que tange à economia, o governo federal optou por um conjunto de medidas impopulares no âmbito da política fiscal, que trouxeram sérios prejuízos à classe trabalhadora, a saber: a restrição do acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, auxílio-doença, dentre outros benefícios previdenciários (CARVALHO, 2018). Além disso, houve mudanças na política de preços das empresas estatais, incidindo principalmente sobre os combustíveis e sobre as tarifas da energia elétrica – a tarifa aumentou cerca de 51% (THEODOSIO, 2019). Paralelamente, nesse mesmo ano houve desvalorização da taxa de câmbio, em 47,02%.

A soma de todos esses fatores contribuiu para que a inflação se elevasse em 2015, correspondendo a um percentual de 11,07% naquele ano. O Banco Central reagiu à elevação da inflação, com elevação da taxa de juros e com a restrição de acesso ao crédito (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Nesse cenário de contração nas políticas fiscais e monetárias, houve também a diminuição dos investimentos por parte da Petrobrás, empresa que em 2013 respondeu por 7,9% do total de investimentos feitos no país, contraídos nos anos seguintes (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Uma das causas explicativas para tal redução foram as denúncias sobre um esquema de corrupção que envolveram os seus diretores, bem como grandes empreiteiras privadas que tiveram seus investimentos diminuídos nesse período. A junção de todos esses aspectos trouxe para a economia brasileira a queda de 14,1% do investimento privado (CARVALHO, 2018).

Contudo, não foram apenas os investimentos privados que experimentaram queda nesse período. Os investimentos públicos também se contraíram, pois no primeiro ano do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff foram 32% menores em comparação a 2013 (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017). Além disso, o PIB também passou por uma fase recessiva¹⁶, queda que sofreu influência do déficit dos resultados primários que a economia brasileira experimentou entre 2014 e 2016 (THEODOSIO, 2019).

Sobre o resultado primário, sabe-se que o seu crescimento positivo é um aspecto muito importante para as elites rentistas, por significar que existem recursos sendo destinados ao pagamento dos juros da dívida pública, que é uma das fontes principais de recursos dessas elites. Contudo, a ocorrência de uma situação contrária traz sérios prejuízos aos rendimentos da elite financeira (THEODOSIO, 2019). Esses prejuízos de fato ocorreram, pois durante o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff houve déficit dos resultados primários, o que afastou ainda mais a possibilidade do governo de reconquistar a confiança dos mercados e da burguesia bancária-rentista. Sem o apoio da burguesia bancária-rentista, as bases do governo se fragilizaram ainda mais, com as inúmeras denúncias de corrupção e as manifestações nas ruas. Nesse contexto, o governo Dilma viu sua aprovação chegar a 11% (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Tendo em vista contornar essa situação, Joaquim Levy foi demitido e, em seu lugar, foi colocado Nelson Barbosa, que tentou adotar uma série de medidas mais coerentes com o que havia sido defendido por Dilma em sua campanha eleitoral. Barbosa, quando era Ministro do Planejamento,

¹⁶ O que resultou no aumento do desemprego, que correspondeu a taxa média de 12,7% em 2015, a maior da série histórica desde seu início em 2012 (IBGE, 2017).

defendia que o governo deveria adotar metas fiscais menos ambiciosas, tendo em vista a estabilização da economia e a recuperação da renda e do emprego. Além disso, em alguns pronunciamentos Nelson Barbosa e o ex-presidente Lula defendiam que um dos caminhos para a retomada do crescimento seria o estímulo ao crédito direcionado ao consumo e aos investimentos, que se daria através de bancos públicos. Essas ideias foram implementadas em 2016 (CARVALHO, 2018). Mas essas medidas poderiam gerar algum impacto sobre setores específicos, mas não teriam força suficiente para alavancar uma retomada do consumo e do investimento no conjunto da economia, pois em momentos de recessão econômica e incertezas sobre o futuro, os agentes privados não desejam aumentar seus níveis de consumo e investimentos produtivos (CARVALHO, 2018).

Não obstante, os níveis de consumo do empresariado em geral ficaram comprometidos por conta das limitações em seus rendimentos, da alta na inflação e do pagamento de dívidas adquiridas no passado. Em períodos, assim no qual o setor privado está em recessão, quem deve encabeçar os investimentos (gerando emprego e renda) é o Estado. O Estado é entendido como um todo orgânico, complexo e contraditório, “que sofre variações temporais e espaciais [...], assim o fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise” (FARIAS, 2001, p.30).

Sobre as crises, sabe-se que no capitalismo elas fazem parte da sua natureza exploratória, porém enquanto categoria ela é tratada no primeiro e no segundo livro de O Capital como uma potencialidade abstrata, já no livro terceiro tratou-se de “[...] descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo [...]” (MARX [1867], 2017, p. 53). Acrescente-se ainda que a crise do capital, como um todo contraditório, na concepção marxista tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprime respectivamente via baixa tendencial da taxa de lucro (causa imediata), exuberância financeira (causa mais profunda) e subconsumo das massas (causa última). Em cada uma delas o Estado vai intervir para fins de arrefecimento dos seus efeitos. O Estado se estrutura tanto no nível da aparência quanto no nível da essência. Seguindo esse raciocínio, embora ele se constitua como Estado em sua essência, na aparência ele se mostra como governo, cujas ações sofrem múltiplas determinações da dinâmica da luta de classe (FARIAS, 2001).

Nessa dinâmica, principalmente durante a segunda gestão do governo Dilma, a burguesia que se opunha ao governo se mostrou forte, pois ao mesmo tempo em que o governo de turno passava por um período de perda de apoio dos setores sociais que estavam ao seu lado, durante o período de sua segunda campanha presidencial, as denúncias da burguesia sobre a irresponsabilidade fiscal do governo federal encontrava força e notoriedade na sociedade brasileira.

Também era acusado de ser irresponsável do ponto de vista fiscal, por conta da realização da contabilidade criativa, que possuía o objetivo de encobrir o excessivo gasto social que o governo estava fazendo, gastos esses incompatíveis com a lei orçamentária anual (BASTOS, 2017). Um desses gastos dizia respeito a ampliação da distribuição de renda em favor das classes sociais mais baixas, que por sua vez contribuiu com o aumento dos salários. Tal aumento foi apontado como causa principal da redução das margens de lucro dos empresários (THEODOSIO, 2019).

Contudo sabe-se que a alta no dólar – durante o primeiro governo Dilma – foi um dos principais fatores que contribuíram com a diminuição das receitas das empresas, pois o encarecimento do dólar fez com que os custos não vinculados a produção¹⁷ aumentassem, sem assegurar a elevação das receitas empresariais (THEODOSIO, 2019).

Isto posto, pode-se afirmar que o aumento dos salários não foi o principal fator que comprimiu a margem de lucro das empresas não financeiras durante o primeiro governo Dilma. Porém, mesmo que os salários tenham cooperado em parte com a compressão da margem de lucro empresarial, sabe-se que o ataque aos mesmos tendo em vista reduzi-los fez parte de um projeto conservador que visava compensar a queda da margem de lucro das empresas, provocada pela alta na taxa de câmbio (BASTOS, 2017). Além disso, a compressão salarial é estratégia de recomposição da rentabilidade microeconômica muito usada pelos neoliberais, pois o rebaixamento dos salários e a expansão do desemprego tende a restaurar o controle dos capitalistas sobre os trabalhadores, situação que tende a se reverter quando o desemprego diminui e os salários aumentam (CARVALHO, 2018).

Essa estratégia foi usada durante o segundo governo Dilma, pois nesse período o desemprego estava em alta e os níveis salariais abaixo da média. Tais fatores somados com as problemáticas apontadas ao longo desse subtópico, aprofundaram a crise política que o governo federal enfrentava e o resultado desse processo foi o *impeachment* da ex-presidente Dilma, que foi aceito pela câmara dos deputados em 2015 e votado pelo congresso em 2016. A partir de então, o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu o cargo presidencial até o ano de 2018 (CARVALHO, 2018).

O central desse processo é compreender que o afastamento do governo Dilma do poder esteve ligado principalmente aos resultados fiscais apresentados, ao enfrentamento ao setor bancário-financeiro no tocante à redução dos *spreads* e a ameaça que essa medida representou ao desejo de expansão dessa taxa de lucro (THEODOSIO, 2019). Nesse sentido, ficou claro que o que as elites fazem em certos períodos é optar pela adesão a projetos autoritários, cuja motivação gira em torno dos seus objetivos econômicos. A grande questão foi a ameaça e o prejuízo ao cerne do capitalismo, a saber: o processo de acumulação e a expansão da taxa de lucro.

¹⁷ Aluguéis, importação de serviços, máquinas e insumos (BASTOS, 2017).

Considerações finais

No segundo governo Lula, as medidas voltadas à concessão de crédito a juros baixos, a política de valorização do SM, bem como o investimento em infraestrutura, saneamento, habitação (dentre outras áreas) conseguiram evitar a queda da taxa de lucro até o ano de 2010. Porém, nos anos que se seguiram tais políticas não tiveram força suficiente para arrefecer, por si só, os impactos negativos da causa imediata da crise econômico-financeira internacional na economia brasileira, nem a deterioração macroeconômica decorrente do aumento da inflação.

Apesar da escolha que o Banco Central fez durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, bem como durante os mandatos da ex-presidente Dilma Rousseff, de aumentar a taxa básica de juros com o objetivo de controlar a inflação, os dados revelam que os resultados alcançados durante o governo Lula não se sustentaram. Isso principalmente durante o segundo governo Dilma, pois a inflação principalmente no começo do seu segundo mandato subiu acima da meta estipulada, o que trouxe consequências para a economia, a saber: sua desaceleração, diminuição do consumo e dos investimentos produtivos.

Diante desse cenário, em 2011 o governo Dilma ofereceu uma série de subsídios, com o objetivo de incentivar o aumento dos investimentos principalmente no setor privado, que atravessava forte queda em suas margens de lucro. Contudo, o aspecto principal que estimula a acumulação de capital no setor privado é o lucro.

No entanto, durante o primeiro governo Dilma as condições que proporcionavam o aumento das margens de lucro das empresas não financeiras estavam se deteriorando, por isso os subsídios ofertados por parte do Estado às empresas privadas só conseguiram possibilitar a permanência/sobrevivência delas no mercado, não sendo capazes de elevar as margens de lucro das mesmas. Tal situação levou a contração no investimento produtivo, que, por conseguinte, gerou recesso em termos de emprego e renda.

A superação das contradições e demais problemáticas que surgem no capitalismo não se dá no nível da aparência por meio do governo e suas políticas anticíclicas, muito menos pelo Estado no nível da essência, já que este ente é um momento nodal das contradições da dinâmica da acumulação capitalista. A resolução das contradições que surgem no modo de produção capitalista exige a superação radical do atual estado de coisas via revolução proletária, sendo que nesse processo a classe trabalhadora deve se unir em torno de um interesse em comum: a emancipação de todas as formas de exploração, dominação e humilhação, que perpassam as relações socioeconômicas no capitalismo.

Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., p. 1-63, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.334/2016, de 13 de setembro de 2016.** Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2016.

BRUNO, Miguel Antonio Pinho; CAFFE, Antonio Ricardo Dantas. Determinantes das taxas de lucro e acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. *Revista de Economia Política*, v.38, n.2, p. 237-260, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas.** São Paulo: Cortez, 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global: ampuheta fatal.** São Paulo: Xamã, 2015.

G1. **Entenda as metas de inflação e seu papel na economia.** G1, São Paulo, 9/1/2015, Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-metas-de-inflacao-e-seu-papel-na-economia.html>>. Acesso em 25/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Século XX.** IBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/04/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO de 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-enso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2074&t=desocupacao-fica-4-7-dezembro-fecha-2011-media-6-0&view=noticia>>. Acesso em: 5/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA ESPECIAL (IBGE/PNADC). **Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil.** Enfoque regional, 3º trimestre de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_DomicilioD_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_d_e_Trabalho/pnadc_201201_201620_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 27/03/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 4/6/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais:** indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Estatísticas sociais, 05/12/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em 21/01/2021.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). **Relatório de acompanhamento fiscal, maio 2017.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/pdf/RAF4_margem_fiscal.pdf>. Acesso em 18/02/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Utilização da capacidade instalada (UCI).** Desafios do desenvolvimento, ano 2, edição 9, 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2062:catca=28&Itemid=23>. Acesso em 17/01/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Distribuição funcional da renda pré e pós crise internacional no Brasil.** Brasília: Ipea, 2010. (Comunicados do Ipea, n°47). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1776>. Acesso em: 13/11/2020.

IPEADATA. **Indicadores macroeconômicos 2011-2014.** Rio de Janeiro: Ipeadata, 2014. Disponível: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso 22/03/2021.

IPEADATA. **A evolução do Ibovespa deflacionado pelo IPCA, média anual, 2000-2015.** Ipeadata, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 28/02/2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira.** Texto para Debate. Departamento de Economia, PUCRS, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira>. Acesso em: 02/10/2020.

MARX, Karl [1867]. **O Capital:** crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl [1894]. **O Capital:** crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MERELES, Carla. **Renda per capita:** o que é esse conceito? Politize, 24/08/2017. Disponível: <<https://www.politize.com.br/renda-per-capita-o-que-e/>>. Acesso em 23/03/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A análise de dados em pesquisa qualitativa. **In:** MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

REIS, Tiago. **Carry-trade**: entenda como funciona essa aplicação especulativa. Câmbio, 21/11/2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/carry-trade/>>. Acesso em 25/03/2021.

SOUZA, Eduardo Correia de; PINTO, Lucas Baracho Torres. **Investimento Direto Estrangeiro e Produtividade nos setores da Indústria Brasileira**. Insper, 305/2013. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/2013_wpe305.pdf>. Acesso em 19/04/2021.

SOUZA, Luciana Rosa de; NASCIMENTO, Fernanda Silva. Nova Matriz Econômica e queda na taxa de lucro: a política econômica e a economia política entre 2011-2016. **In:** Encontro Nacional de Economia Política, XXIV, 2019, Vitória. **Anais...** Espírito Santo: 2019. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa29/293.pdf>. Acesso em 21/03/2021.

THEODOSIO, Bruno Miller. **Determinantes da acumulação de capital no Brasil entre 2000 e 2016**: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização. 2019, 132 f. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.